



CAPÍTULO V

A TRANSIÇÃO DA ESCOLA AO MERCADO DE TRABALHO

Carlos Hasenbalg

INTRODUÇÃO

A transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais ou responsáveis, na primeira infância, até a assunção plena dos papéis sociais de adulto. Tal como foi detalhado no início deste livro, essa autonomização do *status* implica o término da educação formal, o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de novas famílias.

A transição escola-trabalho apresenta grandes variações tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, havendo também, nesses dois grupos de países, importantes variações nos nexos institucionais entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. Estudos recentes dessa transição em países desenvolvidos focalizam a relação entre qualificações educacionais e resultados no mercado de trabalho no ponto em que os indivíduos se deslocam da escola para o primeiro emprego (Shavit e Müller, 1998).

"A principal razão para esse foco é a suposição de que no ponto de entrada da vida de trabalho a relação entre qualificações e a posição no trabalho pode ser apreendida em sua forma mais pura. A posição ocupacional em estágios posteriores da carreira irá depender de muitos outros fatores que, se não são controlados apropriadamente, podem perturbar os efeitos da educação" (*idem*:14).

Por trás dessa assertiva existe a suposição de que, tipicamente, os jovens ingressam no mercado de trabalho depois de ter fechado o seu ciclo de educação formal. Esta é uma suposição realista nesses países, onde a

norma é que os jovens façam trajetórias escolares relativamente prolongadas, cumprindo minimamente a educação compulsória estipulada.

Como será visto mais adiante neste capítulo, duas características da transição escola-trabalho no Brasil – bem como em outros países latino-americanos – dificultam a observação em forma “pura” da relação entre qualificações educacionais e o ponto de entrada no mundo do trabalho. Essas características são (1) o ingresso precoce no mercado de trabalho e (2) a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Poucos são os países da região que, como o Chile, conseguem reter a maioria das crianças e adolescentes na escola, sem trabalhar, até completarem a escolaridade obrigatória (CELADE/CEPAL/FNUAP, 2000:116-119; Corseuil *et alii*, 2001).

No que se refere às características dos sistemas educacionais e seus vínculos com o mercado de trabalho, pode ser feita uma distinção básica entre sistemas mais orientados à formação de qualificações profissionais específicas e os mais orientados para uma formação acadêmica geral. Exemplo do primeiro tipo é o chamado sistema dual existente na Alemanha e outros países da Europa, onde “[...] os estudantes podem escolher entre um circuito acadêmico ou um vocacional numa fase inicial. O último está destinado a dar aos jovens uma combinação de treinamento no local de trabalho e educação baseada na escola” (OECD, 1998:82). Na Alemanha, onde o componente vocacional da educação é elevado, o sistema de aprendizado (*apprenticeship*) nas empresas destina-se a adquirir qualificações específicas para inúmeros títulos ocupacionais e essas qualificações são usadas pelas empresas para organizar postos de trabalho e alocar pessoas. Cada coorte de ingressantes no mercado de trabalho conta com uma proporção alta de pessoas que passaram pelo circuito vocacional e passam a ocupar empregos manuais qualificados. Por sua vez, os melhores alunos tendem a fazer o circuito acadêmico que os leva à universidade (Shavit e Müller, 1998: caps. 1 e 5).

Por outro lado, nos países que enfatizam a educação acadêmica geral nos níveis de ensino que precedem a universidade os vínculos institucionais entre escola e trabalho tendem a ser mais fracos. No extremo oposto ao sistema dual há países como os Estados Unidos, que “[...] contam com pouco treinamento vocacional e somente uma pequena minoria de cada coorte de jovens segue a trilha vocacional” (OECD, 1998:82). Neste caso as habilidades requeridas pelos empregos são adquiridas através do treinamento no próprio trabalho. O mercado de trabalho tende a funcionar de

acordo com o modelo que Thurow (1973) denominou de “competição por empregos” (*job competition*). Nesse tipo de mercado de trabalho as credenciais educacionais ordenam as pessoas na “fila de trabalho” (*labor queue*) e, mais do que indicar qualificações específicas, servem aos empregadores como indicadores de custos de treinamento, hábitos de trabalho e disciplina dos postulantes. Como apontado por Shavit e Müller (1998) e outros autores, a existência da fila de trabalho funciona como incentivo para os jovens adquirirem mais educação, de forma a preservar ou melhorar seus lugares na fila. Algumas das consequências possíveis disto são a oferta em excesso de graduados e a conseqüente desvalorização das credenciais educacionais, a elevação dos requisitos educacionais para preencher empregos que antes exigiam menos instrução formal e a deterioração das oportunidades de emprego dos menos educados.

No que se refere aos níveis de ensino que precedem a universidade, a situação do Brasil nas décadas mais recentes aproxima-se do modelo de “fila de trabalho”, com o predomínio da educação acadêmica ou geral sobre a técnica ou vocacional. Antes da reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971 o ensino técnico contava com um peso não desprezível no nível médio de ensino. No final da década de 1960, aproximadamente um terço das matrículas e conclusões de curso ocorria no ensino técnico, com destaque para o normal e comercial e um peso muito reduzido do industrial e agrícola. Desde a década de 1940, as iniciativas mais bem-sucedidas de formação profissional de mão-de-obra correram por conta dos sistemas paralelos do SENAI e do SENAC, desvinculados do ensino oficial. O intento de implantar a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau na reforma de 1971 fracassou e foi abandonado no início dos anos 80 (Cunha e Góes, 1985:62-72; Castro, 1994:cap. VI). A situação atual, decorrente da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pode ser aferida na *Sinopse Estatística da Educação Básica 2001*, organizada pelo INEP. Nesse ano, o número de matrículas no ensino médio regular em todo o país era de 8.398 mil, ao passo que as matrículas da educação profissional-nível técnico (simultâneo ou posterior ao ensino médio) eram de apenas 462 mil e concentravam uma maioria de pessoas com 18 anos e mais de idade, já fora do ensino regular. Estas informações sugerem que, no período mais recente, uma proporção elevada dos adolescentes e jovens que ingressam no mercado de trabalho – tendo ou não concluído um dos dois ciclos do ensino básico – o faz sem ter adquirido as habilidades específicas deman-

dadas nesse mercado. Para essa parcela de ingressantes, as qualificações requeridas nos empregos são conseguidas no próprio trabalho ou em cursos profissionalizantes alheios ao sistema oficial de ensino.

AS ESCOLHAS ENTRE ESCOLA E TRABALHO

Esta seção destina-se a examinar as escolhas, socialmente condicionadas, entre estudo e trabalho feitas por crianças e adolescentes de 10 a 19 anos de idade. O limite inferior adotado deriva da inexistência de informações sobre participação na população economicamente ativa (PEA) para os menores de 10 anos; o limite superior de 19 anos deve-se ao fato de que a partir dessa idade muitas pessoas já completaram seu processo de autonomização de *status*. Os dados aqui apresentados referem-se unicamente às crianças e adolescentes cuja relação com a pessoa de referência ou chefe de família é de filhos, mantendo, portanto, uma relação de dependência familiar e domiciliar com pelo menos um dos pais. A proporção de filhos nesse grupo de idades em 1999 variava de 93% aos 10 anos até 70% aos 19 anos.

As primeiras informações relativas à escola e ao trabalho constam na Tabela 1, que mostra, para cada ano de idade, as taxas de matrícula escolar e de participação na PEA no período de referência 1981-1999.

Tabela 1
Pessoas de 10 a 19 anos de idade que estudam e que participam da população economicamente ativa

Idade	1981		1990		1999	
	Estuda	PEA	Estuda	PEA	Estuda	PEA
10	84,5	8,8	90,5	7,5	97,6	5,6
11	84,1	12,5	89,0	10,5	97,7	8,5
12	81,0	18,4	86,5	16,9	96,9	11,3
13	76,4	24,8	80,3	23,4	94,8	17,3
14	69,2	32,4	75,7	32,0	92,5	23,2
15	61,8	40,9	66,3	44,3	88,4	32,0
16	55,1	50,4	58,9	52,4	83,4	43,2
17	47,9	57,1	53,4	58,0	77,0	50,6
18	42,7	60,0	43,0	64,3	66,1	59,6
19	35,6	65,2	38,4	67,7	53,6	66,4
Total	65,6	36,5	71,2	36,0	86,1	31,7

Observando primeiro as colunas dos que freqüentam escola, nota-se uma expansão considerável da cobertura do sistema escolar ao longo desse período. A última linha, do total, indica ganhos proporcionais de 5,6% na década de 1980 e uma expansão ainda mais acelerada, com ganhos de quase 15%, nos anos 90. Deve ser lembrado que nesta última década ocorreu uma estabilização e até diminuição do tamanho da coorte de idade de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos), ao mesmo tempo em que houve uma grande expansão das matrículas no ensino médio. Considerando todo o período, nota-se que nas idades mais jovens, até 13 ou 14 anos, o acesso à escola se aproxima da universalização, com proporções de estudantes superiores a 90% em 1999. Por sua vez, os aumentos maiores na proporção dos que estudam ocorreram nas idades de 15 a 19 anos, indicando melhorias no fluxo escolar e na capacidade de retenção do sistema de ensino.

Deslocando o olhar para as colunas da PEA, tem-se a proporção de crianças e adolescentes que trabalham ou procuram emprego. Nelas se observa que a pequena expansão educacional dos anos 80 não redundou em diminuição da taxa de participação na PEA, que permanece em torno de 36%. Nota-se, nessa década, uma pequena diminuição da taxa nas idades mais jovens, até os 14 anos, o que provavelmente reflete o fato de que a expansão educacional se deu basicamente no acesso ao sistema e nas primeiras séries. Ao mesmo tempo, os adolescentes de 15 a 19 anos foram mais atraídos pelo mercado de trabalho. A expansão educacional mais vigorosa dos anos 90 permitiu diminuir a proporção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho em todas as idades consideradas, sugerindo que a expansão ocorreu, neste caso, em todas as séries. A taxa de participação para todas as idades cai de 36% em 1990 para 31,7% em 1999. No que se refere especificamente aos adolescentes de 15 a 19 anos, essa retração está sem dúvida associada à evolução dos índices quantitativos do sistema educacional, mas pode também estar relacionada à evolução desfavorável do mercado de trabalho na década de 1990, evidenciada no aumento do desemprego e na perda de qualidade dos postos de trabalho. A Tabela 2 traz alguma evidência a respeito, apontando para as taxas de desemprego e a carga horária de trabalho de crianças e adolescentes.

Tabela 2
Proporção de pessoas de 10 a 19 anos de idade desempregadas e que
trabalham 40 ou mais horas por semana Brasil, 1981-1999

Idade	1981		1990		1999	
	Desemp.	> 40 horas	Desemp.	> 40 horas	Desemp.	> 40 horas
10	0,3	32,6	0,0	25,6	0,3	2,6
11	0,3	35,4	0,2	25,7	0,5	5,9
12	0,7	46,4	0,3	37,6	0,8	8,3
13	1,1	55,5	0,8	47,6	2,4	14,5
14	2,2	63,6	1,6	60,1	4,0	25,5
15	3,1	73,0	2,8	71,1	7,4	38,1
16	4,0	78,4	3,4	76,4	10,3	50,3
17	4,8	81,7	4,1	80,0	12,4	62,3
18	5,4	83,8	4,6	82,3	15,2	67,9
19	6,1	84,6	5,3	83,3	15,3	74,2
Total	2,7	71,9	2,2	68,9	6,4	46,5

Nos três anos considerados, o fenômeno do desemprego mostra uma incidência baixa no grupo de idades mais jovens, até os 13 ou 14 anos. As crianças dessas idades que participam do mercado de trabalho e procuram emprego são relativamente poucas. O panorama se inverte ao passar para a faixa etária seguinte, dos jovens de 15 a 19 anos, na qual o desemprego tende a aumentar com a idade. Apesar da crise econômica da década de 80, o desemprego nessa faixa etária permaneceu relativamente baixo, variando entre 3% e 6% de 1981 a 1990. O desemprego cresce vertiginosamente nos anos 90, mostrando em 1999 taxas aproximadamente três vezes maiores que as de 1990, superando os 15% nas idades de 18 e 19 anos e mais do que duplicando a taxa para o total da PEA, que era de 5,9%. Como apontado pela CEPAL em análise da evolução recente do mercado de trabalho: “Os jovens da América Latina sofrem com especial rigor os fenômenos do desemprego e da inserção precária no trabalho, assim como a defasagem entre o sistema educativo e as novas demandas que gera a transformação produtiva e institucional” (CEPAL, 1998:81). Com relação às crianças de 10 a 14 anos, talvez o fator mais preocupante seja a própria existência de um mercado de trabalho para elas, dado que normativamente poderíamos esperar que nenhuma delas tivesse vínculos com esse mercado.

A informação sobre a carga horária de trabalho chama a atenção pela elevada proporção de crianças e adolescentes que, trabalhando, o fazem

por 40 horas ou mais por semana. Em 1981 e 1990, mais da metade das crianças de 13 e 14 anos de idade empregadas – e que deveriam estar na escola – trabalhava 40 horas ou mais por semana. Como seria de esperar, essa proporção aumenta com a idade. Na década de 1990 a intensidade do trabalho diminui e somente a partir dos 16 anos mais da metade das crianças empregadas trabalha 40 horas ou mais. Seja como for, essa carga de trabalho de crianças e adolescentes ora inviabiliza a continuação da escolaridade formal, ora força os que continuam estudando a um baixo aproveitamento escolar no turno noturno. Além do alto desemprego, o que agrava a situação dos jovens de 15 a 19 anos de idade que são atraídos para o mercado de trabalho é o fato de a maioria não ter completado os oito anos de escolaridade obrigatória. Em 1999, apenas um quarto dos jovens de 15 anos de idade tinha concluído as oito séries do ensino fundamental.

No próximo passo é examinada a dedicação ao estudo e ao trabalho das crianças e adolescentes de 10 a 19 anos de idade. Tal como consta nos dados da Tabela 3, são distinguidos quatro grupos: (1) os que só estudam; (2) os que conciliam estudo e trabalho; (3) os que pararam de estudar e só trabalham e (4) os que não estudam nem trabalham.

Tabela 3
Dedicação ao estudo e ao trabalho das
pessoas de 10 a 19 anos

Idade		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
Estudo/Trabalho	Ano											
	1981	80,2	77,8	72,8	65,8	57,3	48,6	38,8	31,4	26,2	19,7	54,0
	1990	85,5	82,2	76,3	68,0	59,7	47,5	38,5	31,4	23,3	19,8	56,9
	1999	92,5	90,2	87,0	81,6	76,5	68,7	59,2	51,6	40,8	29,2	69,6
Estuda e trabalha	Ano											
	1981	4,3	6,3	8,4	10,6	11,9	13,2	16,3	16,5	16,5	15,9	11,6
	1990	5,1	6,8	10,2	12,3	16,0	18,9	20,3	22,0	19,7	18,6	14,2
	1999	5,1	7,5	9,9	13,2	16,0	19,7	24,2	25,4	25,4	24,5	16,6
Só trabalha	Ano											
	1981	4,2	5,8	9,0	12,7	17,9	24,1	30,5	37,1	41,1	48,1	21,5
	1990	2,4	3,6	6,1	10,2	14,2	22,6	29,3	33,2	42,9	47,9	18,7
	1999	0,2	0,6	0,7	1,5	3,3	5,3	9,0	13,2	20,4	30,3	7,5
Não estuda nem trabalha	Ano											
	1981	11,3	10,1	10,0	10,9	12,9	14,2	14,5	15,0	16,2	16,3	12,9
	1990	7,1	7,4	7,4	9,4	10,1	11,0	11,9	13,4	14,1	13,7	10,2
	1999	2,2	1,7	2,5	3,7	4,2	6,3	7,6	9,9	13,4	16,0	6,3

Nos três anos considerados a proporção de crianças e adolescentes que se dedicam exclusivamente aos estudos decresce sistematicamente com a idade. Ao longo do tempo, a percentagem de crianças de até 14 anos que só estudam aumenta, particularmente na década de 1990. Entre os adolescentes de 15 a 19 anos a parcela dos que só estudam não mostra grandes variações nos anos 80, mas aumenta muito substancialmente na década de 1990, chegan-

do quase a dobrar entre os jovens de 18 anos, onde atinge a cifra de 41%. Contudo, mesmo em 1999, o efeito do ingresso no mercado de trabalho se faz sentir na queda rápida da proporção dos que só estudam a partir dos 15 anos de idade. Este grupo, dos que só estudam, é o que conta com as melhores condições para prolongar o processo de autonomização e adquirir níveis educacionais mais elevados, postergando, assim, tanto o ingresso no mercado de trabalho como a eventual constituição de novas famílias.

O segundo grupo é o dos que conciliam estudo e trabalho. As proporções neste grupo também aumentam ao longo do tempo em todas as idades. Esse crescimento é menor nas idades mais jovens, até os 14 anos, e algo maior a partir dos 15 anos de idade. Neste ponto é importante destacar os efeitos da conciliação do estudo e do trabalho no rendimento escolar de crianças e adolescentes. Em todas as idades consideradas, os que estudam e trabalham completam menos anos de estudo e apresentam maior atraso escolar que os que se dedicam exclusivamente a estudar. Ilustrando com a coorte de 14 anos de idade em 1999, os que só estudam tinham completado 5,38 anos de estudo e 45,6% tinham uma defasagem idade/série cursada de dois anos ou mais; as mesmas cifras para os que estudavam e trabalhavam eram de 4,37 anos e 59,7%, respectivamente.

O terceiro grupo é formado por crianças e adolescentes que, havendo ingressado precocemente no mercado de trabalho, interromperam as suas trajetórias escolares. Não sendo estudos de tipo longitudinal, as PNADs não contam com dados que permitam calcular quantas dessas interrupções são definitivas e quantas crianças e jovens retomam posteriormente o processo de escolarização formal. Mesmo assim, é possível cogitar que a grande maioria das interrupções é definitiva. Estaríamos então diante de um grupo em que o abandono da escola devido ao ingresso precoce no mundo do trabalho compromete seriamente as oportunidades de mobilidade social nas fases posteriores do ciclo de vida individual. Felizmente, este é um grupo cujas proporções diminuem consistentemente nas duas décadas estudadas, refletindo o aumento da capacidade de retenção do sistema educacional do país. A diminuição proporcional deste grupo é notória nas idades mais jovens, de escolarização obrigatória, mas também se registram quedas significativas (de 20% ou mais) no grupo dos adolescentes. Para efeitos de comparação com os dois grupos anteriores, aos 14 anos de idade as crianças deste grupo só tinham completado 3,25 anos de estudo, dois anos a menos que os que se dedicam exclusivamente a estudar.

Do ponto de vista dos processos de inclusão social – via educação e trabalho – e das trajetórias futuras de vida, o pior lugar está reservado às crianças e jovens que não estudam nem trabalham. Afortunadamente, este grupo, como o anterior, diminui significativamente o seu tamanho relativo nas duas décadas analisadas, chegando a percentagens baixas, inferiores a 4%, entre os menores de 15 anos. Esse grupo também diminui entre os adolescentes de 15 a 19 anos de idade, mas em 1999 ainda apresenta percentagens que variam de 6% a 16%, segundo a idade. Esta combinação é a que apresenta o menor nível educacional, tendo completado em 1999, aos 14 anos, apenas 3,14 anos de instrução. Em termos absolutos, o grupo estava formado nesse ano por 1.854 mil pessoas. A bibliografia pertinente aponta para os riscos e vulnerabilidade dos adolescentes deste grupo na faixa etária de 15 a 19 anos (CELADE/CEPAL/FNUAP, 2000). No caso das adolescentes, trata-se da vulnerabilidade inerente à maternidade precoce, como se verá logo a seguir. Entre os varões destas idades os riscos decorrem da participação em subculturas marginais, uso e tráfico de drogas e comportamentos violentos (ver capítulo VIII). Estes problemas levam a apontar para uma mudança importante na composição por sexo dos adolescentes que não estudam nem trabalham. Em 1981 dois terços dos membros deste grupo eram mulheres, a maioria das quais se dedicava a tarefas domésticas. A adoção posterior por um número crescente destas jovens de comportamentos modernos – prolongar a escolaridade e ingressar no mercado de trabalho – faz cair a participação relativa das mulheres na categoria dos que não estudam nem trabalham. Sendo assim, em 1999 os homens passam a formar a maioria neste grupo, chegando a 52,6%. Em números absolutos tratava-se de 740 mil jovens fora da escola, inativos ou desempregados e concentrados nos estratos de baixa renda.

A distribuição de crianças e jovens nessas quatro situações está associada aos recursos familiares e à posição das famílias no sistema de estratificação social. Os quatro grupos se diferenciam por situação socioeconômica, correspondendo as mais favoráveis aos que só estudam e as piores aos que não estudam nem trabalham, com os que estudam e trabalham e os que só trabalham em posições intermediárias. Dois indicadores simples permitem mostrar esse ordenamento. A renda familiar *per capita* das famílias dos que só estudam em setembro de 1999 era de R\$ 231,00; a dos que estudam e trabalham era de R\$ 174,00; dos que só trabalham, R\$ 153,00, e dos que não estudam nem trabalham R\$ 129,00.

Os anos de estudo dos chefes de família dos mesmos grupos são 5,73, 4,02, 3,24 e 3,34, respectivamente. O grupo dos que se dedicam exclusivamente a estudar conta com vantagens locacionais, estando mais presente nas regiões Sudeste e Sul, mais desenvolvidas, e nas áreas urbanas metropolitanas. Além disso, esse grupo conta com uma maioria de 52,4% de crianças e adolescentes de cor branca, proporção que cai para 42,4% entre os que não estudam nem trabalham. Uma peculiaridade da distribuição geográfica dos que só trabalham é a sua maior concentração no Sudeste e no Sul, o que tende a confirmar que o mercado de trabalho destas regiões mais desenvolvidas – particularmente no Sul – atrai mais crianças e adolescentes (Barros *et alii*, 1994). Por último, cabe destacar que, devido aos diferenciais de participação no mercado de trabalho de homens e mulheres, o sexo influencia a composição dos quatro grupos. As mulheres destas idades são uma maioria de 53,1% dos que só estudam, mas também predominam (51,5%) no grupo menor dos que não estudam nem trabalham. A proporção de mulheres entre os que estudam e trabalham e entre os que só trabalham cai para 36,9% e 28,7%, respectivamente.

O tema da maternidade na adolescência é objeto de estudo detalhado do capítulo VI. Contudo, antes de concluir esta seção, cabe fazer rápidas considerações sobre como essa ocorrência afeta o processo de autonomização das adolescentes. Os dados da PNAD de 1999 indicam que, independentemente da posição ocupada na família – filhas ou outras posições –, 1.176 mil ou 14% da coorte de jovens de 15 a 19 anos de idade tinham tido filhos nascidos vivos até a data do levantamento. A maioria dessas mães jovens concentrava-se nos estratos de baixa renda; 69% delas pertenciam aos dois quintos inferiores da renda familiar *per capita* e 62% não estudavam nem trabalhavam. Pelo menos duas consequências da maternidade precoce que repercutem nas condições de socialização dos filhos e na trajetória futura das próprias mães podem ser apontadas. Em primeiro lugar, a maternidade nessas idades acarreta, na maioria dos casos, o abandono dos estudos. Neste caso específico, 82% das mães adolescentes estavam fora da escola, enquanto isso ocorria com somente 23,5% das que não tinham filhos. A segunda consequência é a fecundidade mais alta, derivada da antecipação do início do ciclo reprodutivo, redundando na formação de famílias mais numerosas. A maternidade na adolescência faz parte de um padrão de bifurcação das trajetórias de

autonomização dos jovens que é apontado como fator de iniquidade da reprodução biológica e social.

“Os jovens provenientes de diversos estratos apresentam trajetórias também diferentes de emancipação. Uma, mais tardia, e com baixa fecundidade, própria dos setores médios e altos; outra, com abandono precoce dos estudos, maternidade adolescente e maiores taxas de fecundidade, própria dos setores menos abastados. Um setor da juventude tende a responder às exigências de acumulação de conhecimentos emanadas do mercado de trabalho e prolonga seus estudos muito mais que no passado, enquanto outro tende, por diversas causas, a desertar do sistema educativo antes de alcançar os limiares necessários para uma inserção adequada no mercado de trabalho. [...] Na medida em que afeta a forma de distribuição da carga de reprodução biológica e social entre os distintos grupos socioeconômicos, essa situação polar tem importantes implicações para a sustentabilidade do desenvolvimento equitativo” (Celade/CEPAL/FNUAP, 2000:17).

Em resumo, contemplando as diversas combinações entre escola, trabalho e inatividade, observou-se que nas duas últimas décadas do século passado houve um crescimento relativo – da ordem de 20% – das crianças e adolescentes que se dedicavam exclusivamente a estudar e dos que conciliavam estudo e trabalho, enquanto diminuía rapidamente as proporções dos que somente trabalhavam e dos que não estudavam nem trabalhavam. Os aspectos positivos desse balanço são a maior presença de crianças e adolescentes na escola e a diminuição do trabalho infantil (10 a 14 anos). O lado menos auspicioso está em que muitas pessoas dessas idades que poderiam estar se dedicando exclusivamente a estudar escolhem ou se vêem obrigadas a compatibilizar a escola com o trabalho, prejudicando assim as suas realizações educacionais e a futura inserção ocupacional. Soma-se a isto o aumento do desemprego entre os adolescentes de 15 a 19 anos de idade na década de 1990, elemento de forte perturbação na transição da escola ao trabalho.

O PRIMEIRO EMPREGO

Nesta seção são examinadas algumas das circunstâncias em que ocorre o ingresso no primeiro emprego, bem como as características desses empregos. Comparado a países desenvolvidos e alguns países em desenvolvimento, o Brasil se destaca pelo fato de a sua população começar a trabalhar em idades relativamente baixas e com níveis educacionais pouco elevados. Como consequência disso, os pontos de entrada no mercado de trabalho tendem a concentrar-se nos estratos ocupacionais inferiores. Contudo, esse quadro não é estático. Ele se modifica como resultado da rápida

transição estrutural – transição ocupacional, transição demográfica e acelerada urbanização – observada nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Essas mudanças, junto com a expansão do sistema educacional, implicaram o aumento tanto da idade de ingresso ao mundo do trabalho como da educação dos que nele ingressam. São as coortes de novos ingressantes no mercado de trabalho, mais beneficiadas pela expansão educacional das últimas décadas, que aos poucos melhoram o perfil educacional da força de trabalho do país. Apesar dos avanços recentes, em termos comparativos a população economicamente ativa do Brasil continua mostrando níveis de escolaridade relativamente baixos: em 1999 ela contava, em média, com apenas 6,5 anos de estudo completados.

As análises que seguem sobre o primeiro emprego utilizam informação da PNAD de 1996. O suplemento sobre mobilidade social do questionário desta PNAD, aplicado somente aos moradores de 15 anos de idade e mais cuja condição no domicílio era pessoa de referência ou cônjuge, é o único que registra informações sobre o primeiro trabalho em que as pessoas permaneceram pelo menos seis meses, bem como sobre a ocupação e o nível de instrução do pai e da mãe dos entrevistados. Isto permite estabelecer as relações entre a origem familiar e as características do primeiro emprego dos respondentes. Uma informação relevante para a análise do ingresso no mercado de trabalho – e não levantada no suplemento de mobilidade social – é o nível de escolaridade das pessoas no momento em que obtiveram o primeiro trabalho. Para remediar essa falta criou-se uma variável que consiste no máximo de anos de estudo que a pessoa poderia ter completado na idade em que teve o primeiro emprego se tivesse começado a estudar aos 7 anos de idade, tida como a do início da escolaridade obrigatória. O valor desta variável em nenhum caso pode ultrapassar o número de anos de estudo dos respondentes na data do levantamento da PNAD-1996. O procedimento de construção dos valores desta variável admite certo grau de sobreestimação da educação inicial, na medida em que nem todas as pessoas começaram a estudar aos 7 anos de idade e muitas foram afetadas pela repetência de séries escolares. Seja como for, na ausência da informação original, esta é a melhor estimativa do nível de escolaridade quando do ingresso no primeiro emprego.

Será examinado, em primeiro lugar, o tipo de primeiro trabalho obtido pelos respondentes em termos de setor de atividade e posição na ocupação, segundo as épocas de ingresso no primeiro emprego. As épocas de

ingresso consideradas correspondem a etapas bem definidas da economia brasileira: o período que antecede o chamado “milagre econômico” brasileiro, até 1967; os anos do próprio “milagre”, de acelerado crescimento; os anos críticos da década de 1980; os anos iniciais da década de 1990, marcada pela abertura econômica e as reformas orientadas para o mercado.

Tabela 4
Setor de atividade e posição na ocupação no primeiro emprego,
segundo a época em que ingressou no primeiro trabalho
Brasil, 1996

Época de Ingresso	Até 1967	1968-1979	1980-1989	1990-1996	Total
Setor de Atividade					
Primário	46,9	26,9	19,0	10,9	34,0
Secundário	17,5	22,4	21,5	15,8	19,8
Terciário	35,6	50,7	59,5	73,3	46,2
Posição na Ocupação					
Formal*	30,7	46,9	50,9	47,7	40,8
Empreg. s/cart. assin.	20,5	22,9	26,9	32,8	23,0
Conta própria	20,2	13,0	10,5	11,2	15,6
Empregador	2,3	1,6	1,6	2,4	1,9
Sem remuneração	26,3	15,5	10,1	5,9	18,8

* Formal inclui empregados com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários.

Os setores de ingresso no primeiro trabalho tendem a acompanhar as mudanças na estrutura econômica do país. Antes de 1968, quase a metade das pessoas começava a trabalhar no setor primário, principalmente na agricultura. Essa proporção cai drasticamente para 27% no período 1968-1979, caracterizado por altas taxas de crescimento econômico, a geração de numerosos empregos nas atividades econômicas urbanas, a expansão do assalariamento e o ingresso massivo de mulheres no mercado de trabalho. Nos dois períodos seguintes, acompanhando a crescente urbanização da estrutura ocupacional, a parcela dos que começam a trabalhar no setor primário cai para 19% e 11%. O setor secundário, que experimentou grande dinamismo na geração de empregos nas décadas de 60 e 70, mostra o seu valor mais alto como ponto de ingresso no primeiro emprego – 22,4% – nos anos do “milagre econômico”. Essa participação cai ligeiramente para 21,5% nos anos 80, refletindo a crise econômica do período. O resultado dos anos 90, com apenas 16% dos ingressantes neste setor, expressa os

resultados da abertura econômica: reestruturação produtiva com desindustrialização da força de trabalho.

A posição na ocupação fala da qualidade dos empregos daqueles que ingressam no mercado de trabalho. Os empregos formais, que incluem os empregados com carteira assinada do setor privado, militares e funcionários públicos estatutários, têm uma trajetória ascendente até a década de 80, quando constituem pouco mais da metade dos postos de trabalho dos ingressantes. Esse tipo de primeiro emprego, protegido pelos dispositivos da legislação do trabalho, experimenta um recuo de mais de três pontos percentuais com a passagem da década de 80 para a de 90. O assalariamento informal ou sem carteira de trabalho assinada é indicativo da precariedade dos empregos e das relações de trabalho. Este tipo de primeiro emprego cresce consistentemente de um quinto dos ingressantes, na época anterior a 1968, até chegar a um terço nos anos 90. O trabalho por conta própria, mais freqüente entre pessoas que se encontram em fases mais avançadas da vida de trabalho, não absorve uma parte relativamente importante dos que ingressam no mercado de trabalho pela primeira vez. A proporção de ingressantes nesse tipo de emprego é declinante e assume seu valor mínimo, de 10,5%, na década de 1980. Como seria de esperar em pessoas que estão começando sua vida de trabalho, a percentagem dos que se iniciam na condição de empregadores oscila em valores muito baixo. Por último, a queda constante dos que começam a trabalhar em empregos não remunerados, de 26% para 6%, reflete o peso declinante do emprego na agricultura, onde se concentra a grande maioria desse tipo de trabalhadores.

O segundo aspecto a ser examinado refere-se à idade e aos anos de estudo das pessoas quando ingressaram no primeiro emprego, segundo a época do ingresso e o sexo.

Tabela 5
Idade e anos de estudo ao ingresso no mercado de trabalho,
segundo a época de ingresso no primeiro emprego e sexo
Brasil, 1996

Data de Ingresso no Mercado de Trabalho	Sexo	Idade no Ingresso	Anos de Estudo
Até 1967	Masculino	11,08	2,37
	Feminino	11,44	2,40
	Total	11,21	2,38
1968-1979	Masculino	12,87	4,01
	Feminino	14,13	4,69
	Total	13,39	4,29
1980-1989	Masculino	14,54	5,22
	Feminino	16,46	6,11
	Total	15,45	5,64
1990-1996	Masculino	17,84	6,88
	Feminino	22,46	7,06
	Total	21,17	7,01
Total	Masculino	12,40	3,55
	Feminino	14,17	4,37
	Total	13,13	3,89

A primeira constatação para o total de pessoas de referência e cônjuges é que começaram a trabalhar com uma idade média que apenas superava os 13 anos de idade e que as mulheres ingressaram no primeiro trabalho um pouco mais tarde que os homens. Essa vantagem etária feminina de quase dois anos se traduz em um nível de instrução inicial de 0,82 ano de estudo a mais do que os homens. Os que começaram a trabalhar antes do “milagre econômico”, até 1967, o fizeram a idades muito precoces, pouco acima dos 11 anos, contando com níveis de instrução extremamente baixos, de pouco mais de dois anos de estudo. O ingresso deles no mundo do trabalho deu-se quando o Brasil era ainda predominantemente rural, sendo a maioria filhos de trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Para os que se iniciaram no trabalho nessa época, não há grandes diferenças de idade e educação entre homens e mulheres. Os que começaram a trabalhar entre 1968 e 1979 o fizeram com idades ainda baixas, pouco acima dos 13 anos, notando-se uma ampliação da diferença de idades entre homens e mulheres para pouco

mais de um ano. Os efeitos da expansão educacional se fazem sentir na melhoria do nível de instrução inicial. Esta melhoria é mais acentuada no caso das mulheres, que começam a trabalhar com mais de dois anos de estudo adicionais relativamente às que começaram a trabalhar no período anterior. O ingresso mais tardio das mulheres no mercado de trabalho é sem dúvida um dos principais motivos de sua vantagem educacional. Nos anos críticos da década de 1980 continuou a tendência ao aumento da idade de ingresso no primeiro emprego, agora acima dos 15 anos, e à melhoria no nível de instrução dos ingressantes. Continuou também a tendência das mulheres de postergarem seu ingresso, que ocorre quase dois anos mais tarde que o dos homens, contando com perto de um ano a mais de estudos que eles.

Por último, os números relativos aos que começaram a trabalhar na década de 90 devem ser vistos com certa cautela, já que a condição de pessoa de referência ou cônjuge impõe um forte viés de seleção nesse grupo: trata-se de adultos jovens, que estudaram até recentemente, já constituíram família e começaram a trabalhar relativamente tarde, não sendo por isso representativos do conjunto de pessoas que ingressaram no primeiro trabalho na década de 90. Por esse motivo, é mais conveniente comparar a idade e educação inicial de todos os que ingressaram no primeiro emprego nas décadas de 80 e 90, independentemente da condição na família. No que se refere à idade, os ingressantes tinham em média 14,2 anos e 15,4 anos, respectivamente, nas décadas de 80 e 90, mantendo-se assim a tendência histórica de aumento da idade do primeiro emprego. Em relação à educação inicial, a média de anos de estudo cresce de 5,0 para 5,43 de uma década para a seguinte. Aprofunda-se igualmente a diferença de idade e educação inicial entre homens e mulheres, diferença que continua favorecendo as mulheres.

O próximo aspecto a examinar refere-se à relação entre a idade e a educação no momento de ingresso no primeiro trabalho, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6
Anos de estudo ao ingresso no mercado de trabalho segundo a idade em que começou a trabalhar Brasil, 1996

Anos de estudo ao ingresso	Idade em que começou a trabalhar						Total
	Até 9 anos	10 a 12	13 e 14	15 a 17	18 e 19	20 e +	
Até 3 anos	100,0	76,5	24,0	21,1	10,5	12,8	50,0
4 e 5 anos	-	23,5	44,0	21,4	14,2	14,5	21,6
6 a 8 anos	-	-	32,0	46,9	17,9	14,3	16,9
9 a 11 anos	-	-	-	-	57,4	24,2	8,7
12 anos e mais	-	-	-	-	-	34,2	2,8
Total	15,0	32,6	17,4	18,6	8,3	8,1	100,0

Mesmo levando em conta que a educação inicial é uma variável *proxy* e admite um erro de sobreestimação, os dados desta tabela sugerem uma forte associação entre a idade em que se começa a trabalhar e a educação inicial. Começar a trabalhar na infância implica um baixo nível de educação inicial e, como indicado pelo marginal inferior da tabela, 65% dos respondentes começaram a trabalhar antes dos 15 anos. Ainda que as pessoas possam conciliar escola e trabalho ou retornar à escola depois de começar a trabalhar, a iniciação precoce no trabalho acaba comprometendo as realizações educacionais posteriores. A coluna dos marginais à direita mostra que a metade dos respondentes começou a trabalhar com até três anos de instrução e 72% com até cinco anos; no outro extremo, somente 11,5% tinham educação de nível médio ou superior quando tiveram o primeiro trabalho. Pela tabela nota-se também que a educação inicial cresce consistentemente com o aumento da idade. Assim, por exemplo, entre os que começaram a trabalhar com idades entre 15 e 17 anos, quase a metade o fez com seis a oito anos de estudo; nos que começaram com 18 e 19 anos, o grupo modal contava com ensino de nível médio, ao passo que mais de um terço dos que ingressaram no mercado de trabalho com 20 anos e mais tinha educação superior.

Uma vez constatada a forte relação entre idade e educação no ingresso no primeiro trabalho, cabe perguntar sobre a influência da origem social familiar nesses dois aspectos do primeiro emprego. O estrato ocupacional do pai dos entrevistados será usado como a variável indicadora dessa origem social familiar.

Tabela 7
Idade em que começou a trabalhar e anos de estudo quando
ingressou no mercado de trabalho segundo a ocupação do pai
Brasil, 1996

Ocupação do pai	Idade em que começou a trabalhar	Anos de estudo ao ingresso no mercado de trabalho
Profissionais liberais	18,86	10,13
Dirigentes	17,29	8,49
Proprietários empregadores	15,42	6,53
Outros profissionais universitários	17,57	8,75
Supervisores do trabalho manual	15,10	6,07
Ocupações técnicas e artísticas	16,26	7,31
Empresário por conta própria	15,36	6,22
Ocupações não-manuais de rotina	15,77	6,86
Trab. na indústria moderna	14,94	5,90
Trab. nos serviços gerais	14,36	5,03
Trab. no comércio ambulante	13,91	4,54
Trab. na indústria tradicional	13,76	4,47
Trab. nos serviços pessoais	14,58	5,20
Trab. nos serviços domésticos	13,47	4,06
Proprietários rurais	13,00	4,04
Trabalhadores rurais	11,67	2,33
Total	13,03	3,84

O estrato social de origem, capturado pela ocupação do pai, exerce forte influência nas duas circunstâncias do ingresso no primeiro emprego. No caso da idade ao ingresso, o leque de variação vai desde quase 19 anos entre os filhos de profissionais liberais até pouco menos de 12 anos entre os filhos de trabalhadores rurais. Quanto à educação inicial, a variação é de 10 até 2,3 anos de estudo nos mesmos grupos citados.

Tanto as médias da idade de ingresso quanto as da educação inicial permitem distinguir duas grandes clivagens na hierarquia das origens sociais: a primeira entre os filhos de trabalhadores não-manuais e os filhos de trabalhadores manuais urbanos, e a segunda entre estes últimos e as pessoas provenientes dos dois estratos rurais. Os respondentes oriun-

dos dos oito estratos não-manuais começaram a trabalhar com mais de 15 anos de idade e com mais de seis anos de estudo; inversamente, os filhos de trabalhadores manuais urbanos tiveram seu primeiro emprego com menos de 15 anos de idade e menos de seis anos de estudo. A mesma coisa ocorre com a linha que divide os filhos de trabalhadores manuais urbanos e os filhos dos dois estratos rurais. Estes últimos apresentam idades de ingresso e anos de estudo iniciais inferiores aos de todos os estratos de trabalhadores manuais urbanos.

Variações importantes podem ser notadas dentro desses três grandes agrupamentos, particularmente entre os filhos de trabalhadores não-manuais. Entre estes últimos, a idade de ingresso e a educação inicial tendem a seguir a distribuição de capital cultural ou educacional. São os filhos dos profissionais liberais e dos outros profissionais universitários os que ingressam no primeiro emprego com idades mais avançadas e educação mais alta, indicando que esses estratos, mais bem dotados de capital cultural, são os que mais investem na educação dos filhos, postergando a incorporação deles à vida do trabalho. Isto os diferencia dos dirigentes e proprietários empregadores, cuja situação econômica não é diferente da dos "outros profissionais universitários", mas que contam com menos capital cultural. A mesma consideração se aplica à diferença entre os estratos de supervisores de trabalho manual e das ocupações técnicas e artísticas. Os primeiros, demográfica e culturalmente mais próximos dos trabalhadores da indústria moderna, investem menos na educação dos filhos, que começam a trabalhar mais de um ano mais cedo que os filhos do outro estrato. Também os empresários por conta própria, próximos das ocupações não-manuais de rotina na dimensão econômica, tendem a investir menos na educação dos filhos. Estas comparações sugerem que a posse de capital cultural tem uma influência maior que a posse de ativos econômicos ou organizacionais no investimento na educação dos filhos.

As variações nas condições de ingresso no primeiro trabalho entre os filhos dos trabalhadores manuais urbanos são menores que entre os filhos dos trabalhadores não-manuais, com os oriundos do estrato da indústria moderna nas melhores condições e os filhos dos trabalhadores domésticos nas piores. De um modo geral, essas condições ordenam-se segundo a situação socioeconômica e educacional desses estratos. Já o fato de os filhos de proprietários rurais mostrarem piores condições de ingresso no mercado

de trabalho que os filhos dos trabalhadores manuais urbanos, mesmo tendo uma situação econômica melhor que a desses trabalhadores, possivelmente se deve à maior tolerância com o trabalho infantil nos contextos rurais – que acaba repercutindo também na educação inicial – e à idade mais avançada deste grupo, associada a um ingresso mais antecipado no mundo do trabalho.

A mobilidade social desde o estrato social de origem ao estrato do primeiro trabalho constitui o próximo passo da análise, que será desdobrada em três etapas: (1) análise do padrão global de mobilidade ocupacional do estrato de origem para o do primeiro emprego; (2) exame da forma como a posição social dos pais influi na educação inicial dos entrevistados; e (3) avaliação da forma como essa educação inicial condiciona o preenchimento das posições no primeiro emprego.

Devido à impossibilidade prática de trabalhar com matrizes de mobilidade de 16 x 16, os estratos ocupacionais dos pais e do primeiro emprego dos respondentes foram reagrupados em seis estratos. O estrato não-manual alto inclui profissionais liberais, dirigentes, proprietários empregadores e outros profissionais universitários. O estrato não-manual médio compreende os supervisores do trabalho manual e as ocupações técnicas e artísticas. O estrato não-manual baixo inclui os empresários por conta própria e as ocupações não-manuais de rotina. Os seis estratos de trabalhadores manuais urbanos foram combinados em um só estrato de manuais urbanos. Os dois últimos estratos são os de proprietários rurais e de trabalhadores rurais.

Dada a existência de segregação ocupacional que impõe perfis ocupacionais diferenciados entre homens e mulheres, os dados apresentados fazem a distinção por sexo. Deve-se levar em conta que a distribuição ocupacional das mulheres no primeiro emprego é comparada com a de seus pais, já que não há registro na PNAD-1996 da ocupação da mãe dos entrevistados. A Tabela 8 mostra os fluxos de saída dos grupos ocupacionais dos pais para os grupos ocupacionais do primeiro emprego dos respondentes.

Tabela 8
Primeira ocupação do entrevistado segundo a ocupação do pai e o sexo, Brasil, 1996

Sexo	Ocupação do Pai	Primeira Ocupação do Entrevistado						Total
		Não-manual alto	Não-manual médio	Não-manual baixo	Manual Urbano	Proprietário rural	Trabalhador rural	
Homens	N. M. A.	28,6	10,3	30,4	26,1	0,6	4,1	100,0
	N. M. M.	13,2	13,5	29,2	39,4	0,3	4,4	100,0
	N. M. B.	14,0	7,9	36,9	34,5	0,4	6,2	100,0
	M. U.	4,5	4,2	19,9	63,0	0,1	8,3	100,0
	P. R.	7,9	3,3	11,1	23,8	7,7	46,1	100,0
	T. R.	2,0	1,5	6,8	27,1	0,9	61,6	100,0
	Total	5,4	3,5	14,3	36,5	0,8	39,5	100,0
Mulheres	N. M. A.	27,0	19,6	34,7	16,2	0,1	2,3	100,0
	N. M. M.	13,4	20,2	35,9	27,9	0,1	2,6	100,0
	N. M. B.	12,5	15,8	40,2	27,9	0,0	3,5	100,0
	M. U.	4,8	9,3	28,7	51,5	0,0	5,7	100,0
	P. R.	9,9	10,5	17,2	31,1	0,7	30,6	100,0
	T. R.	2,1	4,8	8,0	35,0	0,1	50,0	100,0
	Total	5,6	8,2	18,2	36,8	0,1	31,1	100,0

Independentemente da origem social, nota-se que os principais pontos de ingresso no mundo do trabalho para ambos os sexos são as ocupações dos estratos de trabalhadores rurais e dos trabalhadores manuais urbanos: 76% dos homens e 67,9% das mulheres começaram a trabalhar nesses dois estratos. Por outro lado, quase um terço das mulheres começa a trabalhar em ocupações não-manuais, enquanto essa proporção é de somente 23% entre os homens. Esta vantagem feminina no acesso a empregos não-manuais deve-se, em parte, ao fato de as mulheres começarem a trabalhar mais tarde e com mais educação que os homens.

Considerando agora as origens sociais, podem ser observados uns poucos padrões de mobilidade da origem social ao primeiro emprego que merecem destaque. Nota-se, em primeiro lugar, que uma maioria de homens e mulheres oriundos dos estratos não-manuais começa sua carreira de trabalho em posições ocupacionais inferiores às de seus pais. Com a exceção dos filhos(as) do estrato não-manual alto que herdaram essa posição (28,6% de homens e 27% de mulheres), os principais estratos de ingresso no trabalho desses grupos são as ocupações não-manuais de rotina e as ocupações manuais urbanas, com as mulheres tendo uma menor probabilidade de começar no estrato manual urbano.

Segundo, a maioria dos filhos de trabalhadores manuais urbanos começa a trabalhar nas ocupações do mesmo estrato dos pais, sendo essa tendência – 63% – mais acentuada entre os homens. Observa-se também

um fluxo ascendente em direção às ocupações não-manuais de rotina, que envolve 20% dos homens e 29% das mulheres. Para as pessoas desta origem social, as probabilidades de começar a trabalhar nos dois estratos mais elevados são bastante reduzidas e muito menores que as dos filhos de trabalhadores não-manuais. Esse diferencial de probabilidades aponta novamente para a clivagem social existente entre os mundos do trabalho não-manual e manual.

As possíveis flutuações aleatórias devidas ao pequeno tamanho do grupo levam a olhar com cuidado o estrato de proprietários rurais. Ao que parece, uma parcela importante dos filhos desse estrato – principalmente os homens – começa a trabalhar na condição de trabalhador rural. Não havendo uma herança significativa da posição paterna de proprietários, o outro início de carreira de trabalho provável para os nascidos neste estrato é o dos trabalhadores manuais urbanos, sendo reduzidos os fluxos para os estratos não-manuais. Por último, a maioria dos filhos dos trabalhadores rurais – 62% dos homens e metade das mulheres – ingressa no mundo do trabalho no mesmo estrato dos pais. Os que não herdam a posição paterna tendem a conseguir seu primeiro emprego no estrato de trabalhadores manuais urbanos, tendência que é mais acentuada entre as mulheres. Como era de se esperar, os filhos de trabalhadores rurais são os que contam com menos probabilidades de ingressar nos estratos não-manuais.

O segundo passo da análise visa determinar a influência da origem social na educação inicial, no momento em que as pessoas começaram a trabalhar. A Tabela 7 já mostrou a forte associação existente entre o estrato ocupacional dos pais e a educação inicial, em que a idade de ingresso no primeiro emprego constitui a mediação entre origem social e educação inicial. Os dados da Tabela 9 acrescentam a distinção por sexo ou gênero a essa relação.

Tabela 9
Anos de estudo ao ingresso no mercado de trabalho segundo a ocupação do pai e sexo Brasil, 1996

Sexo	Ocupação do Pai	Anos de Estudo Quando Começou a Trabalhar					Total
		Até 3 anos	4 e 5 anos	6 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	
Homens	N. M. A.	16,3	16,8	29,1	22,7	15,1	100,0
	N. M. M.	20,3	23,1	33,8	16,3	6,6	100,0
	N. M. B.	23,6	22,9	30,6	17,2	5,6	100,0
	M.U.	34,4	30,6	26,9	6,9	1,2	100,0
	P. R.	58,1	19,1	13,3	6,5	2,9	100,0
	T. R.	73,4	17,9	6,5	1,7	0,4	100,0
	Total	54,1	21,7	16,0	6,1	2,2	100,0
Mulheres	N. M. A.	9,7	10,2	22,9	35,8	21,3	100,0
	N. M. M.	11,7	14,9	30,1	31,2	12,2	100,0
	N. M. B.	15,3	20,0	25,2	29,1	10,3	100,0
	M.U.	27,1	26,1	28,7	15,4	2,7	100,0
	P. R.	44,5	17,3	15,0	17,1	6,1	100,0
	T. R.	67,3	18,9	8,4	4,4	1,0	100,0
	Total	47,2	20,0	16,5	12,3	3,9	100,0

Observa-se novamente, para ambos os sexos, a enorme desigualdade de oportunidades educacionais no momento de ingresso no primeiro trabalho. A título de exemplo, entre os filhos do estrato mais elevado, das ocupações não-manuais altas, 38% dos homens e 57% das mulheres ingressam no primeiro emprego com educação de nível médio ou superior. No outro extremo, entre os filhos de trabalhadores rurais, 91% dos homens e 86% das mulheres só haviam completado cinco anos de estudo ou menos no momento em que começaram a trabalhar.

O resultado mais interessante dessa tabela reside na diferença entre a educação inicial de homens e mulheres. Qualquer que seja o estrato de origem social, a distribuição educacional dos homens está mais concentrada nas categorias de menos anos de estudo, indicando novamente as maiores pressões para os homens ingressarem antes na esfera do trabalho. Além disso, o diferencial de educação inicial entre homens e mulheres amplia-se ao passar para os estratos de origem mais elevados. O simples cálculo do índice de dissimilaridade permite indicar a proporção de pessoas de um grupo que deveria mudar de categoria para que sua distribuição se iguale à do outro grupo. Neste caso, o índice indica a percentagem de homens que deveriam mudar para categorias educacionais mais altas, de forma à sua distribuição educacional igualar-se à das mulheres. Para o total dos en-

trevidados a dissimilaridade é de 8,6%. O menor diferencial, de 6,2%, é encontrado na base da pirâmide social, entre os filhos dos trabalhadores rurais. Desconsiderando o pequeno grupo de filhos de proprietários rurais, essa percentagem passa para 11,8% no estrato de trabalhadores manuais urbanos, aumentando significativamente nos estratos não-manuais: 16,6% no não-manual baixo, 20,5% no não-manual médio e 19,4% no não-manual alto. Claramente, são as mulheres oriundas dos estratos não-manuais, particularmente dos dois mais elevados, as que ingressam no mercado de trabalho com a maior vantagem educacional sobre os homens da mesma origem social. Isto remete à terceira e última fase desta análise, em que se examina como homens e mulheres convertem essa educação inicial na ocupação de ingresso no mercado de trabalho.

Tabela 10

Primeira ocupação do entrevistado segundo os anos de estudo quando ingressou no mercado de trabalho e sexo Brasil, 1996

Sexo	Anos de Estudo ao Ingresso no MT	Primeira Ocupação do Entrevistado						Total
		Não-manual alto	Não-manual médio	Não-manual baixo	Manual Urbano	Proprietário rural	Trabalhador rural	
Homens	Até 3	1,6	1,6	7,4	34,0	0,8	54,6	100,0
	4 e 5	4,2	3,8	16,3	54,1	0,7	21,0	100,0
	6 a 8	9,3	7,0	29,8	48,0	0,5	5,4	100,0
	9 a 11	19,5	13,0	40,9	24,0	0,5	2,1	100,0
	12 e mais	59,6	14,0	19,8	4,4	1,2	1,0	100,0
	Total	5,7	3,9	15,3	39,6	0,7	34,8	100,0
Mulheres	Até 3	1,0	2,2	6,0	41,2	0,1	49,6	100,0
	4 e 5	2,3	5,6	16,8	59,6	0,1	15,7	100,0
	6 a 8	6,4	12,1	40,2	38,0	0,1	3,2	100,0
	9 a 11	15,7	27,5	44,4	11,5	0,0	0,9	100,0
	12 e mais	49,3	24,3	23,1	2,7	0,2	0,4	100,0
	Total	5,8	8,6	19,5	39,3	0,1	26,8	100,0

O traço mais marcante destes dados é a grande polarização ocupacional das categorias educacionais. Por um lado, mais de três quartos dos homens e mulheres que começaram a trabalhar com até cinco anos de estudo completados ingressam nos estratos de trabalhadores rurais e manuais urbanos. No outro extremo da hierarquia educacional, a grande maioria dos que ingressam no primeiro emprego com instrução de nível médio ou superior o faz nos estratos de trabalhadores não-manuais. Este é o caso, por exemplo, de 97% das mulheres e 93% dos homens com 12 anos ou mais de estudo. Os respondentes da categoria de instrução intermediária, de 6 a 8 anos de estudo, mostram um padrão de início de carreira diferente segundo o sexo: quase a metade dos homens com este nível educacional começou a trabalhar no

estrato manual urbano, enquanto a categoria modal para as mulheres, envolvendo 40% delas, ingressou no estrato não-manual baixo.

Homens e mulheres com o mesmo nível educacional apresentam algumas diferenças significativas na distribuição do primeiro emprego, particularmente nos empregos não-manuais. Qualquer que seja a categoria educacional, as mulheres estão mais bem representadas nos estratos não-manual médio e não-manual baixo. Isto se deve à forte presença de mulheres nos estratos das ocupações técnicas e artísticas e não-manuais de rotina. Inversamente, os homens estão mais presentes no estrato não-manual alto, onde as mulheres têm um acesso restrito aos subgrupos de dirigentes e proprietários empregadores.

Recapitulando, os brasileiros começam a trabalhar muito cedo e com pouca educação. Com o passar do tempo, a idade e a educação no momento de ingressar no primeiro emprego tendem a aumentar como resultado da transição de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbana complexa e desigual. Essa transição estrutural foi acompanhada, nas duas ou três últimas décadas, por uma expansão do sistema educacional que redundou em uma melhoria do nível de instrução das novas coortes de ingressantes no mercado de trabalho. Mesmo assim, esses ingressantes, bem como o conjunto da população ativa, mostram patamares educacionais inferiores aos de países com níveis parecidos de desenvolvimento econômico.

A maioria das pessoas consegue o seu primeiro emprego em ocupações inferiores ou iguais às de seus pais e ingressa no mundo do trabalho pela base da hierarquia social – como trabalhadores agrícolas ou como trabalhadores manuais urbanos. As trajetórias de autonomização longas, implicando uma permanência prolongada na escola e um ingresso tardio no mundo do trabalho, são privilégio de uma parcela bem mais reduzida de filhos dos estratos sociais mais elevados. Finalmente, as mulheres, menos pressionadas para começar a trabalhar cedo, ingressam no mercado de trabalho com mais educação do que os homens. Essa vantagem educacional se traduz em uma maior inserção inicial nos estratos médio e baixo do trabalho não-manual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. e VELOSO, T. (1994), "Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?". *Textos para Discussão*, nº 351, Rio de Janeiro, IPEA.
- CASTRO, C. de M. (1994), *Educação Brasileira, Consertos e Remendos*. Rio de Janeiro, Rocco.
- CELADE/CEPAL/FNUAP. (2000), *Juventud, Población y Desarrollo en América y el Caribe. Problemas, Oportunidades y Desafíos*. Santiago do Chile, Celade/CEPAL/FNUAP.
- CEPAL. (1998), *Panorama Social de América Latina 1998*. Santiago do Chile, CEPAL.
- CORSEUIL, C. H., SANTOS, D. D. e FOGUEL, M. N. (2001), "Decisões Críticas em Idades Críticas: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em Outros Países da América Latina". *Texto para Discussão*, nº 797, Rio de Janeiro, IPEA.
- CUNHA, L. A e GÓES, M. de. (1985), *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- OECD. (1998), *Employment Outlook 1998*: Chapter 3. Getting Started, Settling in: the transition from Education to the Labour Market.
- SHAVIT, Y. e MÜLLER, W. (eds.). (1998), *From School to Work. A Comparative Study of Educational Qualification and Occupational Destination*. Oxford, Clarendon Press.
- THUROW, L. C. (1973), *Generating Inequality*. New York, Basic Books.

CAPÍTULO VI

MÃES ADOLESCENTES: DESIGUALDADES NOS PONTOS DE PARTIDA E DE CHEGADA

Nathalie Reis Itaboraí*

Nas últimas décadas tem adquirido crescente evidência o fenômeno da gravidez na adolescência, que aumenta em diversos países do mundo, inclusive em nações desenvolvidas (Alan Guttmacher Institute, 1998). Por trás dessas mudanças encontram-se processos sociais variados e por vezes antagônicos, incluindo, por um lado, urbanização e expansão do consumo e da comunicação de massa, que afetam a forma como é vivida a juventude, ajudando a compor o quadro favorável à liberalização dos costumes, mas, por outro, falta de acesso à informação e meios contraceptivos, além da manutenção de desigualdades sociais e, particularmente, entre os gêneros. Embora a experiência brasileira acompanhe outras tendências mundiais de mudanças no comportamento jovem, em especial a redução da idade do início da vida sexual (Singh *et alii*, 2000), observa-se que as consequências dessa vivência para a saúde reprodutiva dos jovens – tais como uso de contracepção, gravidez indesejada e aborto – são bastante diferenciadas conforme a qualidade de vida das diferentes sociedades e dos diferentes grupos sociais dentro destas. Agências planificadoras e executivas internacionais, como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe e o Fundo das Nações Unidas para População, reconhecem cada vez mais que as jovens mães encontram-se em situação de maior vulnerabilidade e são, portanto, merecedoras de políticas sociais especiais (CEPAL, 1995:66; UNFPA, 2001).

O crescente interesse pelos problemas que afetam os jovens também foi acompanhado no Brasil nos campos político e acadêmico. Nos anos

* Doutoranda em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).